



Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**

**PROCURADORIA MUNICIPAL**

**PARECER JURÍDICO referente ao Procedimento Administrativo nº 268/2025**

*"Dispõe sobre análise de solicitação de restituição de valor pago duplicado pela empresa Laboratório de Análises Clínicas DDF LTDA".*

Trata-se de pedido de restituição de valor formulado pela empresa Laboratório de Análises Clínicas DDF LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.261.022/0001-94, tal qual informa ter efetuado, indevidamente, o pagamento em duplicidade do valor de R\$ 41,03 (quarenta e um reais e três centavos), referente ao ISS da empresa em questão.

Conforme documentação acostada aos autos do Procedimento Administrativo, o primeiro pagamento ocorreu na data de 05/02/2025, sendo que o segundo, em duplicidade, foi realizado em 20/02/2025. A empresa apresentou os comprovantes de ambos os pagamentos, bem como os dados bancários necessários para fins do presente pedido de ressarcimento.

**É o Relatório.**

**Segue Parecer Jurídico**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

Cabe ao órgão de Assessoramento Jurídico prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados e de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Nesse sentido, o órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.

Dessa forma, compreende-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, quer seja, sobre a disponibilidade financeira para a restituição ou não do valor pago duplicado, DEVEM SER regularmente apurados pela área técnica do órgão competente e





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**

**PROCURADORIA MUNICIPAL**

conferidos pela autoridade responsável.

#### **FUNDAMENTAÇÃO:**

O artigo 165, I, do Código Tributário Nacional (CTN) assegura ao sujeito passivo o direito à restituição total ou parcial do tributo, seja ele indevido ou pago a maior que o devido, nos seguintes termos:

**Art. 165 CTN.** *O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:*

*I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;*

Na presente situação, restou demonstrado que houve o pagamento em duplicidade (conforme documentos ora anexos ao P.A.), o que caracteriza o pagamento indevido, cabendo à Administração Pública restituir o valor correspondente, observado o devido procedimento administrativo.

O art. 168 do CTN estabelece o prazo prescricional de cinco anos para pleitear a restituição de tributo indevido, contados da data do pagamento. No caso concreto, o pedido foi protocolado tempestivamente, dentro do prazo legal.

Ademais, é mister elencar o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, previsto no art. 884 do Código Civil, tal qual delimita que não é permitido se beneficiar de valores recebidos indevidamente, sob pena de configurar enriquecimento ilícito, de modo que através da interpretação jurídica, tal princípio se estende para a Administração Pública.

**Art. 884 CC.** *Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.*





Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

Também se impõe observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, moralidade, eficiência e, neste caso, da autotutela (art. 37 da Constituição Federal), segundo o qual a Administração tem o dever de corrigir seus próprios atos, inclusive quando se trata de recebimento indevido de valor (não podendo se beneficiar de pagamento indevido realizado pelo contribuinte).

Outrossim, a restituição pleiteada encontra respaldo tanto no plano legal quanto nos princípios que norteiam a atuação pública, não havendo óbices jurídicos à sua efetivação, desde que observadas as disposições financeiras e orçamentárias cabíveis no âmbito municipal.

**CONCLUSÃO:**

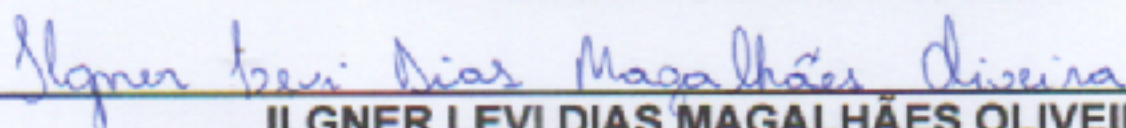
Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica **opina** favoravelmente pela restituição do valor de R\$ 41,03 (quarenta e um reais e três centavos) à empresa Laboratório de Análises Clínicas DDF LTDA, diante da comprovação do pagamento em duplicidade, observado o disposto no artigo 165 do CTN, no princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e demais normas aplicáveis à espécie.

Dispõe, portanto, o presente parecer pelo prosseguimento do processo administrativo com vistas à restituição do valor pago em duplicidade, cabendo ao setor competente a verificação da disponibilidade orçamentária e a adoção dos procedimentos financeiros necessários à devolução. Encaminhe-se à unidade responsável para análise da disponibilidade e execução da restituição.

**É o parecer.**

Devolvo o processo para que sejam encetados os esforços necessários à efetivação *in casu*.

Retirolândia/BA, 05 de maio de 2025.



**ILGNER LEVI DIAS MAGALHÃES OLIVEIRA**  
Procurador Municipal – OAB/BA 76.690